

## EDITORIAL/EDITORIAL NOTE

*Maria João Melícias*

*Miguel Sousa Ferro*

O número 44 da Revista de Concorrência & Regulação reúne artigos sobre um leque diversificado de temas.

Rita Prates & Ricardo Bayão Horta debruçam-se sobre a cooperação entre as autoridades nacionais de concorrência no contexto da notificação de concentrações multijurisdicionais. Concluem por uma avaliação positiva do impacto e utilização do mecanismo de aviso criado pelas autoridades de concorrência do Espaço Económico Europeu. Não obstante, identificam certos desafios com que se poderia lidar com um maior grau de cooperação e coordenação, nomeadamente com as notificantes.

Edson da Graça Francisco Macuácuá e Octávio de Jesus Gonçalves fornecem-nos uma súmula do

*Issue 44 of Revista de Concorrência & Regulação brings together papers on a diversified range of topics.*

*Rita Prates & Ricardo Bayão Horta take a look at cooperation between national competition authorities in the context of the filing of multijurisdictional mergers. They arrive at a positive assessment of the impact and use of the Notice mechanism developed by the European Economic Area's competition authorities. They nonetheless identify certain challenges which could be tackled through increased cooperation and coordination, namely with the notifying parties.*

*Edson da Graça Francisco Macuácuá and Octávio de Jesus Gonçalves bring us a summary of the regulatory regime for oil and gas in Mozambique. This*

regime da regulação do petróleo e gás em Moçambique. Este artigo conjuga perspetivas jurídicas e de policy e será do maior interesse para quem pretenda uma introdução ao *status quo* deste setor em crescimento em Moçambique. Os autores vão ainda mais longe, oferecendo algumas críticas relativas ao regime vigente, e deixando sugestões para o futuro.

Passando à secção dos artigos breves, Gonçalo Anastácio, em representação da Comissão de Concorrência da International Chamber of Commerce – Portugal, retorna à discussão sobre a qual se debruçaram vários autores no anterior número desta Revista: o processo em curso de transposição da Diretiva ECN+, e as opções do projeto submetido ao Governo pela Autoridade da Concorrência.

Inês Neves descreve e comenta o acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia no processo C-462/19. Neste caso, o TJUE concluiu que a atual autoridade de concorrência espanhola (ANC) não é um tribunal no sentido do artigo 267.º do TFUE, e não pode submeter um reenvio prejudicial ao TJUE. Uma conclusão que, aparentemente, se aplica também à maioria das outras ANCs na União Europeia.

Por último, Marcelo Sequeira de Sousa apresenta-nos o acórdão do TJUE no processo C-59/19 (*Wikingerhof v Booking.com*), que esclarece problemas jurisdicionais associados a

*paper brings together a legal and policy perspective and will be of utmost interest to any wishing to be introduced to the status quo of this developing sector in Mozambique. The authors go further and present some critical notes on the regime currently in force, with suggestions for the future.*

*Moving on to the section of brief papers, Gonçalo Anastácio, in representation of the Competition Commission of International Chamber of Commerce – Portugal, returns to the discussion over which several authors expressed their views in the previous issues of this Journal: the ongoing process of transposing the ECN+ Directive, and the options of the project submitted to the Government by the Competition Authority.*

*Inês Neves describes and comments on the judgment of the Court of Justice of the European Union in Case C-462/19. In this case, the CJEU concluded that the current Spanish competition authority (NCA) is not a court in the sense of article 267 of the TFEU, and cannot make a referral to the CJEU. A conclusion that seemingly also applies to most other NCAs in the European Union.*

*Finally, Marcelo Sequeira de Sousa presents us the CJEU's judgment in case C-59/19 (*Wikingerhof v Booking.com*), which clarifies jurisdictional*

casos de *private enforcement* da concorrência. O acórdão vem afastar dúvidas frequentes sobre a aplicação do regime extracontratual do direito internacional privado europeu a disputas de concorrência que surgem no contexto de uma relação contratual. O autor salienta que continuam a subsistir algumas questões a necessitar de clarificação.

*issues arising in antitrust private enforcement disputes. The judgment disperses frequent doubts concerning the application of the rules for tortious disputes, of EU Private International Law, to competition disputes arising in the context of a contractual relation. The author points out that some issues requiring clarification remain.*